



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 935/2026

SIGILO: () SIM (X) NÃO

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL: (X) SIM () NÃO

1. ÁREA DEMANDANTE

Secretaria Demandante: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA

Secretário: Fernando Rodrigues Ricardo

Email: semusa@corumbiara.ro.gov.br

Telefone: (69) 3343-2192

2. OBJETO

2.1. Especificação do objeto:

2.1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição de medicamentos destinados ao Serviço de Ortopedia, em decorrência do início dos atendimentos ortopédicos no município no ano corrente, formalizada por meio do Processo nº 1252/2025, passando o referido serviço a integrar a rede de serviços de saúde disponibilizada à população.

2.2. Natureza do objeto:

2.2.1. Material de Consumo - Aquisição de medicamentos.

2.3. Prazo de Contrato/Registro de Preços:

2.3.1. Não se aplica, tendo em vista tratar-se de aquisição com entrega imediata e sem obrigações futuras, sendo dispensada a formalização de contrato, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Cota exclusiva /Parcelamento para ME e EPP:

2.4.1. A licitação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em atendimento ao disposto inciso I do Art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5. Descrição e quantidades

Item	Código	Descrição e especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	017.002.854	BETAMETASONA (DIPROPIONATO 5,0MG/ML + FOSFATO 2,0MG/ML) INJETÁVEL	AMP	500	4,98	2.490,00
2	017.002.856	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML (SEM VASOCONSTRITOR) INJETÁVEL	AMP	500	7,06	3.530,00
3	017.002.857	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% (SEM	AMP	500	5,47	2.735,00

		VASOCONSTRITOR) INJETÁVEL				
4	017.002.850	CLORIDRATO DE TRAMADOL 25MG + DICLOFENACO SÓDICO 25MG	COM	1000	4,71	4.710,00
5	017.002.855	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML INJETÁVEL	AMP	500	1,06	530,00
6	017.002.851	ETORICOXIBE 90MG	COMP	1000	3,80	3.800,00
7	017.002.784	LACOSAMIDA 100 MG	COMP	540	3,39	1.830,60
8	017.002.852	PREGABALINA 50MG COMPRIMIDO	COMP	600	3,16	1.896,00
9	017.002.853	SUPLEMENTO DE COLÁGENO TIPO II E ÁCIDO HIALURÔNICO	CAP	1200	1,86	2.232,00

3. JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justificativa:

3.1.1. A presente aquisição de medicamentos justifica-se pela necessidade de assegurar o pleno funcionamento do Serviço de Ortopedia recentemente implantado no município, garantindo a continuidade e a regularidade dos atendimentos especializados ofertados à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.1.2. Com o início dos atendimentos ortopédicos no ano corrente, constatou-se expressiva demanda por consultas e procedimentos, evidenciada pelos atendimentos realizados na fase inicial de funcionamento do serviço. Tais atendimentos demandaram a utilização de medicamentos específicos, tanto para a realização de procedimentos clínicos e terapêuticos quanto para a prescrição de tratamentos domiciliares aos pacientes assistidos. Ressalta-se que essa demanda não era anteriormente absorvida pela rede municipal de saúde, uma vez que o serviço de ortopedia não integrava, até então, o rol de atendimentos ofertados.

3.1.3. Cumpre destacar que os medicamentos prescritos para o tratamento de patologias associadas à assistência ortopédica não eram disponibilizados pela Farmácia Básica Municipal, em razão da inexistência prévia desse atendimento especializado. Da mesma forma, os medicamentos injetáveis disponíveis em estoque vinham sendo adquiridos exclusivamente para procedimentos e tratamentos hospitalares, dimensionados conforme a demanda habitual do hospital, não contemplando o aumento significativo do consumo decorrente da implantação do Serviço de Ortopedia.

3.1.4. Ressalta-se, ainda, que, por se tratar de serviço recentemente implantado, não há histórico de consumo ou séries históricas que permitam a definição de quantitativos com base em médias anteriores. Assim, a estimativa de quantidades foi elaborada a partir da demanda real observada nos atendimentos iniciais, aliada à projeção técnica realizada pelo profissional médico responsável.

3.1.5. Diante da insuficiência do estoque disponível para atender à atual demanda dos serviços ortopédicos, a aquisição dos medicamentos mostra-se imprescindível para evitar a interrupção ou restrição dos atendimentos, assegurar a assistência adequada aos pacientes, prevenir o agravamento de quadros clínicos e resguardar o interesse público, em estrita observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência administrativa e da proteção à saúde da população.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. A solução adotada consiste na contratação direta, por dispensa de licitação, para a aquisição dos medicamentos necessários ao atendimento das demandas do Serviço de Ortopedia, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para compras cujo valor estimado se enquadre nos limites legais estabelecidos, desde que atendidos os requisitos formais previstos na legislação.
- 4.2. O valor estimado da contratação encontra-se compatível com os limites vigentes, conforme atualização promovida pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, que atualiza os valores de referência das hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.
- 4.3. A adoção da contratação direta mostra-se mais célere, eficiente e proporcional, permitindo resposta administrativa compatível com a urgência decorrente da recente implantação do Serviço de Ortopedia e da necessidade imediata de disponibilização de medicamentos indispensáveis à realização de procedimentos clínicos, terapêuticos e aos tratamentos domiciliares prescritos aos pacientes, sem prejuízo da observância aos princípios da legalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da transparência e do interesse público.
- 4.4. Dessa forma, a dispensa de licitação, devidamente instruída com pesquisa de preços, justificativa técnica e demais documentos exigidos, revela-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Pública Municipal, garantindo a continuidade dos serviços de saúde, a regularidade dos atendimentos ortopédicos e a adequada assistência à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

5. REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, a fim de garantir a adequada execução do objeto e a segurança da assistência prestada:
- 5.1.1. Os medicamentos a serem fornecidos deverão estar regularmente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em plena conformidade com a legislação sanitária vigente.
- 5.1.2. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data da entrega, salvo disposição diversa previamente justificada e aceita pela Administração.
- 5.1.3. Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras e devidamente identificadas, contendo informações claras quanto à denominação do produto, concentração, forma farmacêutica, número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.1.4. O fornecimento deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, quantidades e apresentações definidas no instrumento convocatório e seus anexos.
- 5.1.5. O transporte e a entrega dos medicamentos deverão atender às boas práticas de armazenamento e distribuição, preservando as condições adequadas de temperatura, umidade e integridade dos produtos, conforme orientações do fabricante e normas sanitárias aplicáveis.
- 5.1.6. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela substituição imediata de quaisquer medicamentos entregues em desacordo com as especificações, com prazo de validade inferior ao exigido ou que apresentem avarias, sem ônus adicional para a Administração.
- 5.1.7. O prazo para entrega dos medicamentos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho.
- 5.1.8. A contratada deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e sanitária, nos termos da legislação vigente e das exigências do procedimento licitatório.

5.1.9. O fornecimento deverá atender aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e proteção à saúde, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

6.1. Os medicamentos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, em suas embalagens originais de fábrica, íntegras, lacradas, sem sinais de violação, umidade, avarias ou qualquer indício de inadequação do conteúdo, devidamente identificados, acompanhados da Nota Fiscal, emitida em conformidade com o fornecimento, contendo a descrição dos produtos e os respectivos quantitativos em unidades individualizadas.

6.2. O transporte dos medicamentos deverá obedecer rigorosamente às boas práticas de armazenamento e transporte, de modo a preservar a identidade, a qualidade, a integridade, a eficácia e a segurança dos produtos, em atendimento às normas sanitárias vigentes.

6.3. A contratada será responsável por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo custos com transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não cabendo ao Município qualquer ônus adicional além do valor contratado.

6.4. O prazo máximo para entrega dos medicamentos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho.

6.5. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado da Unidade Mista de Saúde (Hospital), localizado na Rua Juscelino Kubitschek, nº 2165, Município de Corumbiara/RO, telefone (69) 3343-2293, no horário das 07h00 às 13h00, em dias úteis.

6.6. Os medicamentos fornecidos deverão possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da entrega.

6.7. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

6.8. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente de titularidade da contratada, sendo de sua responsabilidade eventuais tarifas bancárias decorrentes da operação, após a apresentação da documentação exigida junto ao Setor de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Corumbiara/RO.

6.9. A Nota Fiscal que apresentar inconsistências ou erros será devolvida à contratada para as devidas correções e posterior reapresentação. A fiscalização da Nota Fiscal caberá ao Secretário da Pasta ou servidor designado, que deverá acompanhar o controle atualizado dos quantitativos adquiridos e seus respectivos custos, devendo a Nota Fiscal conter a discriminação individualizada de cada medicamento fornecido.

6.10. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá comprovar e manter sua regularidade quanto a todos os requisitos de habilitação exigidos neste Termo de Referência, durante toda a vigência da contratação.

6.11. A Administração Municipal somente autorizará o pagamento após a comprovação, pelo setor requisitante, do recebimento regular e satisfatório dos medicamentos fornecidos.

6.12. Condições de recebimento e responsável

6.12.1. O objeto será recebido da seguinte forma:

6.12.1.1. **Provisoriamente**, no momento da entrega e recebimento da Nota Fiscal, para fins de verificação preliminar da conformidade dos medicamentos com as especificações constantes neste Termo de

Referência, na proposta apresentada e na Nota de Empenho;

6.12.1.2. **Definitivamente**, após a verificação da conformidade e adequação dos medicamentos às especificações técnicas, mediante aceitação formal por servidor ou comissão designada pela Administração, através de Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório.

6.12.2. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta ou na Nota de Empenho, devendo a contratada proceder à substituição dos produtos no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.12.3. Realizada a substituição no prazo estipulado e constatada a conformidade dos medicamentos fornecidos, o objeto será novamente recebido provisoriamente e, após nova conferência, recebido definitivamente no prazo de até 3 (três) dias úteis.

6.12.4. Caso reste comprovada a impossibilidade de adequação do objeto às especificações deste Termo de Referência, ou se, mesmo após concedido prazo para correções, não for alcançado o resultado esperado, poderá a Administração promover a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como aplicar as sanções administrativas previstas no art. 156 da referida Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante regular processo administrativo.

7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Considerando que a aquisição será realizada de forma imediata e sem obrigações futuras, a formalização de contrato é dispensada, conforme disposto no art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a entrega dos medicamentos, a empresa deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhadas das certidões de regularidade para com as fazendas públicas Federal, Estadual, Municipal e ainda Instituto Nacional de Seguridade Social, Fundo de Garantia Por Tempo de Serviços e Trabalhista.

8.2. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em moeda corrente deste país, após a emissão de nota fiscal e devidamente atestada pelo (a) Fiscal de contrato ou Secretário (a) da pasta.

8.3. Todos os custos referente a transação será por conta da empresa contratada.

8.4. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

8.5. Todos os demais encargos sociais serão por conta da empresa contratada.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75 inciso II da lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item único.

10. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/PREÇO DE REFERÊNCIA

10.1. O valor estimado para a presente licitação é de R\$ 23.753,60 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), conforme registrado na [Nota de Autorização da Despesa e reserva de](#)

11. DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA

Ficha: 258

Funcional: 10.302.0007.2039.0000 - Manutenção das Atividades de Pronto Atendimento e do Laboratório Municipal.

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 15.1.500 - SAÚDE_15%

12. DEMAIS INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO TERMO DE REFERENCIA/PROJETO BÁSICO

12.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos que instruem a contratação.

12.1.2. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades, vícios, defeitos ou inconformidades verificadas nos medicamentos fornecidos, determinando sua substituição ou correção, às expensas da contratada.

12.1.3. Designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 01/2024 da Controladoria Geral do Município de Corumbiara/RO.

12.1.4. Emitir a Nota de Empenho correspondente e promover, quando necessário, os ajustes administrativos cabíveis, observados os requisitos legais aplicáveis.

12.1.5. Prestar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do fornecimento, sempre que solicitados.

12.1.6. Analisar e responder, de forma motivada, às solicitações formuladas pela CONTRATADA, excetuados os pedidos manifestamente impertinentes ou de caráter protelatório.

12.1.7. Efetuar o pagamento pelos medicamentos fornecidos, na forma e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que devidamente comprovado o recebimento definitivo e a conformidade do objeto.

12.1.8. Suspender o pagamento caso seja constatada irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária da CONTRATADA, até que seja comprovada a regularização.

12.1.9. Recusar, no ato do recebimento, os medicamentos que não atendam às especificações técnicas exigidas ou que apresentem desconformidades, nos termos da legislação vigente.

12.1.10. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade identificada durante a execução contratual ou no recebimento do objeto.

12.1.11. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, conforme previsto neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

12.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.2.1. Fornecer os medicamentos novos, em perfeitas condições de uso, dentro dos padrões de qualidade exigidos, observando rigorosamente os prazos, locais e especificações definidos neste Termo de Referência e na Nota de Empenho.

12.2.2. Realizar a entrega dos medicamentos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

12.2.3. Garantir que os medicamentos estejam devidamente acondicionados, com embalagem original, rotulagem adequada, integridade física preservada e prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses na data da entrega.

12.2.4. Responsabilizar-se integralmente por seus empregados e prepostos, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e de segurança do trabalho.

12.2.5. Assumir total responsabilidade por danos pessoais, materiais ou patrimoniais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento.

12.2.6. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do objeto, incluindo transporte, seguros, tributos, taxas, encargos e quaisquer outros custos necessários.

12.2.7. Substituir, às suas expensas e dentro do prazo estipulado pela Administração, qualquer medicamento entregue em desacordo com as especificações técnicas, com avarias, defeitos ou prazo de validade inadequado.

12.2.8. Responsabilizar-se pelos medicamentos até a efetiva entrega e recebimento definitivo no local indicado pelo CONTRATANTE, inclusive quando o transporte for realizado por terceiros.

12.2.9. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, especialmente as normas relativas à proteção do trabalho do menor.

12.2.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.

12.2.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos ou supressões do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1. Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções administrativas, conforme a gravidade da infração:

I advertência;

II multa;

III impedimento de licitar e contratar;

IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. A multa prevista no inciso II poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme disposto no § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo aplicada nas hipóteses previstas no art. 155 da mesma Lei.

13.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme § 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Na aplicação da sanção de multa, será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e da eventual rescisão contratual.

13.6. A aplicação ou relevação das penalidades ficará a critério da Administração Municipal, mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerejeiras/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta contratação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1. Eventuais dúvidas ou esclarecimentos acerca deste processo poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo telefone (69) 3343-2192, no horário de expediente, das 07h00 às 13h00.

Corumbiara/RO, 24 de abril de 2026.

Elaborado por Jacqueline Barcarolo

13. CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

(x) Concordo com o Termo de Referência/Projeto Básico realizado e autorizo a contratação nos termos da Lei 14.133/2021.

Corumbiara/RO, 24 de abril de 2026.

FERNANDO RODRIGUES RICARDO

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 008/2026

Rua Olavo Pires, 2129 - Centro - Corumbiara/RO CEP: 76.966-000
Contato: (69) 3343-2192 - Site: www.corumbiara.ro.gov.br - CNPJ: 63.762.041/0001-35



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigues Ricardo, Secretário Municipal de Saúde**, em 24/04/2026 às 08:53, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 55 de 29/04/2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.corumbiara.ro.gov.br, informando o ID **461066** e o código verificador **3360FBCE**.

Referência: [Processo nº 1-935/2026](#).

Docto ID: 461066 v1